

A MATERNIDADE E A EVASÃO ESCOLAR DAS JOVENS NO ENSINO MÉDIO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Jéssica Kurak Ponciano

jessica.kpp22@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4923025864956904>

Márcia Regina Canhoto de Lima

marcialima@fct.unesp.br

<http://lattes.cnpq.br/9708235443134366>

José Milton de Lima

miltonlima@fct.unesp.br

<http://lattes.cnpq.br/7758444123838079>

Sérgio Luiz Gibim dos Santos

sergiogibim.89@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7925872292837041>

Elaine Gomes Ferro

elainegferro@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9557007645955654>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o fenômeno da evasão escolar entre jovens do sexo feminino, do Ensino Médio nas escolas públicas Brasileiras tendo como arcabouço teórico os estudos de gênero, o feminismo marxista e a Sociologia da Juventude. As reflexões preliminares deste ensaio partem da hipótese de que a gravidez na adolescência é um fator que motiva e impulsiona o abandono escolar de jovens garotas no país. Esta hipótese deu origem a pesquisa de doutorado intitulada “Juventude(s) e Gênero: a evasão de garotas do Ensino Médio em uma escola pública de Presidente Prudente - SP”. Inúmeros estudos mostram como o fenômeno da evasão escolar, sobretudo no Ensino Médio, ainda é uma constante e ocupa um espaço central nas discussões acerca da educação no país. Vários fatores contribuem para que a permanência escolar dos jovens seja comprometida, dentre eles: condições sociais, econômicas, regionais, de sexo / gênero, etárias, entre outras. Neste sentido, o trabalho em questão pretende fomentar o papel da educação propalada pelas organizações sociais, neste caso da escola pública, como ferramenta de superação deste fenômeno, a fim de que não seja negado às adolescentes o direito ao acesso e a permanência à uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Maternidade; Evasão Escolar; Juventude

ABSTRACT

The present study aims to reflect on the phenomenon of school dropout among young women, high school students in Brazilian public schools, having as theoretical framework gender studies, Marxist feminism and the Sociology of Youth. The preliminary reflections of this essay start from the hypothesis that teenage pregnancy is a factor that motivates and encourages the dropout of young

girls in the country. This hypothesis gave rise to a doctorate research entitled "Youth and Gender: the evasion of girls from high school in a public school in Presidente Prudente - SP." Numerous studies show how the phenomenon of school dropout, especially in High School, is still a constant and occupies a central focus in discussions about education in the country. Several factors contribute to the compromise of the school stay of young people, among them: social, economic, regional, sex / gender, age, and other conditions. In this sense, the work in question intends to promote the role of education promoted by social organizations, in this case of the public school, as a tool to overcome this phenomenon, so that adolescents are not denied the right to access and stay with an education Of Quality.

Keywords: Maternity; School Evasion; Youth.

O problema da evasão escolar ainda é uma constante na sociedade brasileira. Dados extraídos do *Censo Escolar de 2014 e 2015*, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação, divulgados no ano de 2017, mostra que 12,9% e 12,7% dos discentes regularmente matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola entre os anos de 2014 e 2015 (INEP, 2017). Dentre os jovens matriculados no 3º ano do Ensino Médio, houve um índice de evasão de 6,8%. Desta forma, todas as séries do Ensino Médio somam um total de 11,2% de estudantes evadidos em todo o país (INEP, 2017). Estes dados revelam que aproximadamente 1,3 milhão de jovens na idade entre 15 e 17 anos abandonam a escola no Ensino Médio. Além disso, o site *Agência Brasil* assevera que, a partir dos estudos realizados pelo IBGE e MEC, de um total de 1,3 milhão de jovens que se encontram evadidos da sala de aula, 610 mil são meninas; dentre elas, apenas 2% das adolescentes que se tornaram mães durante o Ensino Médio, continuaram seus estudos (TOKARNIA, 2016).

Ana Cristina Garcia Dias e Marco Antônio Pereira Teixeira (2010) explicam que a gravidez na adolescência, bem como as suas consequências é, antes de tudo, um fenômeno social, visto que a adolescência é uma aceção atribuída a um período do desenvolvimento humano, no qual determinadas expectativas sociais incidem sobre os sujeitos e configuram um modo de ser adolescente; fruto da junção de mudanças biológicas, cognitivas, sociais e emocionais em um dado momento histórico (DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 123). Assim sendo, Dias e Teixeira (2010) também definem a gravidez na adolescência como um fenômeno social, que não pode ser definido a partir de termos absolutos, visto que "tal definição depende do lugar que a sociedade atribui à adolescente em um dado momento histórico" (DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 123).

Sobre os aspectos concernentes ao avanço e a permanência escolar, bem como o desempenho obtido pelos alunos, Leon e Menezes-Filho (2002) defendem que há uma série de

fatores que influenciam estas variáveis, dentre elas: as condições socioeconômicas dos jovens; a conexão entre os estudos e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho; o contexto social e econômico da região em que vive o estudante e, por fim, elementos como idade, sexo / gênero e construção de sentimento de pertencimento ao meio escolar também são preponderantes no processo de superação do fenômeno da evasão escolar (LEON; MENEZES-FILHO, 2002, p. 418). Estes aspectos, externos à escola, fazem com que em muitas discussões e estudos se pondere e se culpe, na maioria das situações, o jovem ou a sua família por seu fracasso escolar.

Entretanto esta responsabilização do jovem e/ou da família isenta a organização social e, por conseguinte, a escola, do seu papel de prover as necessidades básicas dos indivíduos (QUEIROZ, 2002, p. 06), e tem suas raízes na doutrina liberal de educação, que ofertam argumentos para legitimar as desigualdades de classe e retroalimentar uma perspectiva educacional pautada na exclusão e na mensuração de competências arbitrárias, capazes de serem atingidas apenas por um nicho muito pequeno dos alunos que, geralmente, se situam nas castas sociais mais altas. Em sua obra *“Educação na cidade”*, Paulo Freire recusa o conceito de “evasão”, partindo da premissa de que:

As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são expulsas da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa estes ou aqueles alunos ou os reprove. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito. (FREIRE, 2006, p. 35)

É possível inferir então que, ainda que o acesso à escola seja uma demanda relativamente atendida, a estrutura da instituição escolar não é capaz de ofertar a permanência dos jovens no ensino básico. Além de comprovadamente excludente, a escola encontra-se obsoleta inclusive no que tange as questões relacionadas à forma como os jovens atuam contemporaneamente na sociedade. Carles Feixa (2006) explica que a emergência dos meios que comunicação em massa corroboraram para a construção de verdadeiras culturas juvenis populares, de modo que os jovens passaram a se identificar mais entre si no que diz respeito aos aspectos etários, do que com membros sociais que compartilham similaridades de gênero, étnico-raciais, de classe, etc. (FEIXA, 2006, p. 53). É justamente a partir desta seara que buscamos compreender como as instituições escolares públicas reiteram e/ou contribuem para o fenômeno da evasão escolar, buscando

identificar em quais aspectos o fenômeno da gravidez na adolescência contribui para que as jovens abandonem seus estudos, sobretudo no Ensino Médio.

Para além destes aspectos, Juarez Dayrell (2007) adverte que a relação hostil entre a escola e a juventude se dá por meio de uma visão “apocalíptica” propalada pelo senso comum, onde os profissionais da educação e a escola consideram o jovem como principal agente responsável pelos conflitos, aspecto esse que os adultos relacionam o individualismo e o caráter hedonista e irresponsável, que entre outros atributos, seriam elementos geradores do desinteresse pela educação escolar (DAYRELL, 2007, p. 1105). Entretanto, o autor pontua que, na perspectiva dos jovens, a escola se apresenta como instituição alheia aos interesses juvenis, reduzindo-se a um cotidiano maçante, composta por um corpo docente que pouco lhes acrescenta em seus processos formativos, convertendo-se cada vez mais em uma “obrigação” necessária em decorrência das demandas provenientes do mercado de trabalho (DAYRELL, 2007, p. 1105).

José Machado Pais (1990) explica que os estudos da sociologia da juventude oscilam entre duas tendências de compreensão do conceito “juventude”. Em uma delas, a juventude é compreendida como um conjunto social, cuja principal característica reside no fato de congregar indivíduos que possuem a mesma “faixa etária” e se encontram situados na mesma “fase da vida” (PAIS, 1990, p. 140). Esta perspectiva busca identificar aspectos homogêneos e uniformes que comporiam uma “cultura juvenil” mais geral, tomada em termos geracionais e etários (PAIS, 1990, p. 140).

A outra tendência interpreta a juventude como um conjunto social heterogêneo, constituído por diferentes culturas juvenis que se distinguem em decorrência de questões de classe, econômicas, de gênero, étnico-raciais, de relações de poder assimétricas e de diferentes interesses culturais, ocupacionais, etc. Apesar disto, não se pode negar que a categoria juventude é composta por universos sociais que não possuem absolutamente nada em comum, dado o momento histórico em que estão inseridos e a significação social que se erigiu em torno da concepção de juventude no Ocidente (PAIS, 1990, p. 140).

O fenômeno da evasão escolar de mulheres jovens no Ensino Médio não pode ser visto por um único enfoque, ao contrário, uma série de fatores corroboram para que ele ainda permaneça uma constante; todavia o presente ensaio busca focar em duas categorias específicas: “gravidez na adolescência” e “culturas juvenis” a fim de compreender como se dá a relação entre estes dois fatores no processo de evasão de jovens mulheres no Ensino Médio.

JUVENTUDE(S), GÊNERO E ENSINO MÉDIO: UMA ESCOLA PARA QUE(M)?

Melo, Souza e Dayrell (2012) destacam que a ampliação do número de vagas no Ensino Médio brasileiro trouxe para a escola muitos jovens oriundos de classes populares; entretanto o aumento do número de vagas se deu por uma perspectiva quantitativa, de modo que os avanços qualitativos não acompanharam a mesma cadência nas instituições escolares (MELO; SOUZA; DAYRELL, 2012, p. 166). A inexpressividade, em termos qualitativos, faz com que a educação no Ensino Médio negligencie as subjetividades características das juventudes, de forma que, como muitos autores(as) apontam, a própria instituição escolar passou a sofrer uma crise de legitimidade e sentido perante as juventudes (DAYRELL, 1996; AQUINO, 1998; GROPPPO, 2000; SPOSITO, 2009).

Marília Pontes Sposito (2009) explica que, articular elementos específicos a características mais gerais da produção histórico-cultural acerca da categoria juventude é uma ação que necessita ser permanentemente revisitada no âmbito da produção acadêmica, visto que incorre-se na possibilidade de promover uma abstração homogeneizadora desta categoria, de modo que uma análise centrada apenas nas diferenças entre os jovens, quer seja nos aspectos que tangem à diversidade e/ou à desigualdade, implodiria a própria noção de “juventude”, bem como as eventuais singularidades que forjam a condição juvenil em espaços e tempos socialmente construídos (SPOSITO, 2009, p. 34).

A partir desta assertiva, é preciso pensar em uma escola que pondera tanto pelos aspectos característicos que forjam historicamente os sujeitos, e lhes enquadram na categoria de “jovens”; quanto nas singularidades que compõem a existência individual de cada estudante. Interpretar a escola desta maneira requer um exercício de consideração dos motivos que levam os jovens à uma “crise” com a instituição escolar, a ponto de abandoná-la, desconsiderando uma série de fatores negativos que resultariam desta ação. Os fatores negativos do abandono escolar, além de refletirem na sociedade como um todo, e denunciarem a deficiência do ensino público brasileiro, trazem consequências muito nocivas à vida social dos jovens, tais quais: dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal; prejuízo em seu direito à uma educação de qualidade; rechaço social, visto que a inserção do jovem na escola é parte de uma construção coletiva que se tem de “juventude” no Brasil.

Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano (2003) advertem sobre a necessidade em se reconhecer que a juventude tem sido apontada, histórica e socialmente, como uma etapa da vida marcada por certa instabilidade relacionada a determinados “problemas sociais”, entretanto, a forma como estes problemas são encarados socialmente também mudam (SPOSITO;

CARRANO, 2003, p. 19). A mudança nestes paradigmas acerca das juventudes faz com que vários sejam os estigmas atribuídos às ações e aos comportamentos dos jovens. Estas tipificações que se constroem no imaginário adulto permeiam também as concepções que os professores(as) fazem acerca de seus estudantes.

Apesar das dissonâncias existentes entre a juventude e a comunidade escolar, é preciso ponderar para o grande incentivo oriundo principalmente da iniciativa privada, para que a escola se “modernize”, a fim de atender, de forma mais eficiente, as demandas da juventude. Não obstante e, como alerta Janice Tirelli Pontes de Sousa (2004), há inúmeras políticas de desregulamentação e privatização nas últimas décadas, que buscam adentrar ao sistema escolar, visto que esta esfera, antes nunca explorada, passa a receber uma série de produtos na área educacional, entre eles a tecnologia, sob o pretexto de tornar a escola mais alinhada às demandas dos estudantes (SOUSA, 2004, p. 457), deixando de considerar as subjacências peculiares dos alunos, a fim de construir um novo “rótulo” para a juventude.

Os processos de modernização exemplificados aqui buscam, antes de qualquer coisa, atender a uma demanda de mercado, que mais diz respeito aos interesses do capital do que à atenção e consideração das subjetividades jovens. A despeito desta relação conflituosa que se desenha no interior das escolas públicas brasileiras, é possível observar que, de modo paradigmático, muitos jovens buscam na escola um local de construção de alteridade e resistência. A título análise, é importante destacar a atuação dos jovens estudantes, no ano de 2015, no Estado de São Paulo.

No ano de 2015, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo iniciou, de forma arbitrária e austera, um processo de “reorganização escolar” que, segundo o discurso propalado pelo Estado de São Paulo, visou ampliar o número de escolas com ciclo único, alegando que este modelo organizacional favoreceria a gestão das unidades, viabilizando “a adoção de estratégias pedagógicas focadas na idade e fase de aprendizado dos alunos (SÃO PAULO, 2015). A proposta, além de condensar os estudantes de um mesmo ciclo em uma mesma unidade escolar, propunha o fechamento de várias escolas estaduais. Este processo gerou revoltas e manifestações organizadas pelos próprios secundaristas, que ocuparam cerca de 182 escolas, no mês de novembro de 2015, somente na cidade de São Paulo (ROSSI, 2015). Os desafios impostos pela reorganização fizeram com que governador Geraldo Alckmin desistisse da implementação imediata da proposta e a protelasse para o ano de 2016.

Diante da força do movimento secundarista, é possível concluir que há, da parte dos jovens, uma identificação com o ambiente escolar em que se situam. A potência dos movimentos

secundaristas paulistas se expressa pelo retrocesso da implementação de uma política truculenta e arbitrária, concebida no contexto de uma gestão neoliberal. Este fato histórico mostra que, ao contrário do que atestam muitos estudos sobre a crise de sentido e legitimidade da escola perante a juventude, houve neste contexto uma real intensão e iniciativa da juventude em barrar o fechamento das unidades escolares e, para isso os jovens se uniram e enfrentaram até mesmo forças policiais no sentido de permanecerem ocupando as escolas até o momento em que o governo decide ceder à organização.

Apesar do caráter obliterador da instituição escolar, é importante ressaltar que a escola comporta-se como uma reprodução da realidade em que está inserida. Apesar disto, é necessário que sua organização seja criticada, para que exista uma real possibilidade de transformação social através dela. Saviani (2008) explicita que a escola pública pode ser compreendida como um instrumento de equalização social, ou como um aparato de construção das desigualdades sociais (2008, p. 24).

A MATERNIDADE E SEUS EFEITOS NA VIDA ESCOLAR DE JOVENS MULHERES

Maria Luiza Heilborn e colaboradores (2002) iniciaram, no ano de 1998, o projeto *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil* (Pesquisa GRAVAD), que se estendeu até o ano 2000. Nesta investigação Heilborn *et al.* (2002) combinaram procedimentos qualitativos (aplicação de 4.500 questionários, equitativamente distribuídos entre Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro) e quantitativos (entrevistas semi-abertas nestas mesmas três capitais), e asseveram que o fenômeno da gravidez na adolescência ganhou importância nos últimos anos, sobretudo por conta das mudanças aplicadas na concepção social das idades e do gênero, que redefiniram as expectativas sociais depositadas nos jovens, sobretudo nas garotas (HEILBORN *et al.* 2002, p. 18). Sobre estas mudanças sociais, e processos de resignificação dos papéis femininos e juvenis na sociedade Maria Luiza Heilborn e colaboradores (2002) afirmam,

Parecem ser precisamente as chances abertas às jovens, no que diz respeito à escolarização, à inserção profissional, ao exercício da sexualidade desvinculado da reprodução, que fundamentam uma nova sensibilidade quanto à idade ideal para se ter filhos. Nesse panorama, a gravidez na adolescência desponta como um desperdício de oportunidades, uma subordinação – precoce – a um papel do qual, durante tantos anos, as mulheres tentaram se desvencilhar. Essa

argumentação subestima o fato de esse leque de oportunidades sociais não ser igualmente oferecido para jovens de diferentes classes e, além disso, supõe como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino. Em suma, é como se as mães adolescentes, além de desmerecerem as supostas novas chances oferecidas aos jovens em geral, se encontrassem em uma dupla contramão: na das mudanças demográficas e na da emancipação feminina, aumentando, assim, a visibilidade e também a indignação dirigida à gravidez na adolescência. (HEILBORN *et al.* 2002, p.18)

Apesar de postularem que em termos sociais, históricos, culturais e políticos, as mulheres, e sobretudo as jovens, iniciaram um processo de independência social, os autores não negam que este evento teve ressonância significativa sobretudo nas classes mais abastadas, ficando as jovens de classes mais populares à mercê de um sistema que as oblitera e mantém sob as mesmas estruturas patriarcais anteriores.

A relação entre a trajetória escolar, a classe social, o gênero e a gravidez na adolescência fica ainda mais evidente nos estudos de Maria Helena Favero e Regina Maria Mello (1997), que afirmam haver um consenso sobre a vinculação da trajetória de escolarização da jovem gestante e a própria gravidez (FAVERO; MELLO, 1997, p. 133). Apesar disto, as autoras também assumem a importância em investigar, com cautela, os processos educacionais das adolescente que engravidam, analisando aspectos relacionados ao abandono escolar e/ou a interrupção temporária dos estudos; de modo que a circunspeção da análise deve rimar pela consideração de outras variáveis, tais como: “a história acadêmica, o momento do processo educacional no qual ocorreu a gravidez, o valor da maternidade” (FAVERO; MELLO, 1997, p. 133), etc.

Acerca do valor da maternidade, Maria Helena Favero e Regina Maria Mello (1997) afirmam ainda que o fato de se tornar mãe pertence à uma construção hegemônica de feminilidade, de modo que a maternidade pode significar, para muitas jovens, uma aspiração e satisfação pessoal (1997, p. 133). Nesta circunstância, é possível refletir sobre a maternidade enquanto um fenômeno de “encerramento / finalização” da juventude e um marco de passagem para a vida adulta visto que, “tornarem-se” mães pode representar o desejo de serem elevadas, mais cedo, à categoria de adultas.

No Brasil, algumas políticas públicas foram criadas no sentido de proporcionar a contenção do fenômeno da gravidez na adolescência. Sposito e Carrano (2003) citam o *Programa Brasil Jovem*, idealizado pelo Ministério da Assistência e Previdência Social, no segundo mandato de FHC, cujas ações focaram na implementação dos Centros da Juventude e na capacitação de jovens de 15 a 17 anos para atuarem como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, diante a concessão de auxílio financeiro (bolsa) (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 26).

Este programa destinou suas ações para jovens da faixa etária entre 14 e 25 anos, que se encontravam em condições de vulnerabilidade social, priorizando municípios que apresentavam altos índices de jovens oriundos de famílias de baixa renda; taxas elevadas de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS entre adolescentes; grande exposição de jovens ao comércio e à utilização de drogas ilícitas; alto índice de mortalidade juvenil em decorrência de fatores externos; elevado contingente de meninas e jovens vítimas da exploração sexual; altos índices de gravidez na adolescência; e taxas elevadas de desocupação juvenil, contabilizando os jovens que se encontravam fora da escola e de qualquer meio de ocupação laboral (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 26).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Como foi exposto até aqui, o presente trabalho buscou refletir sobre a relação existente entre a maternidade e a evasão de jovens mulheres do Ensino Médio, nas escolas públicas brasileiras. Sem pretensão de esgotar as discussões, tampouco considerá-las sob uma única categoria, seja ela a da juventude, da maternidade, de classe e/ou étnico-racial, pretendemos ordenar, posteriormente, estas reflexões a fim de investigar, de forma mais densa, a relação entre todos esses fatores na construção do fenômeno da evasão escolar em uma escola pública estadual do município de Presidente Prudente – SP.

A princípio, e respaldando estas reflexões introdutórias em leituras preliminares acerca da evasão escolar no Brasil, foi possível verificar que esse fenômeno perpassa por várias questões, que relacionam todos os fatores por nós mencionados. Entretanto, compreendê-la de forma “qualitativa”, objetivando promover uma investigação densa sobre a subjetividade dos sujeitos excluídos do processo de escolarização e, por conseguinte, do seu direito ao acesso e permanência; poderá contribuir para a reflexão acerca da superação deste problema. Visto que, como mostram os estudos quantitativos, este evento ainda é um obstáculo para a obtenção de uma educação verdadeiramente emancipadora e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 47, p. 7-19, 1998.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG**, p. 136-161, 1996.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto): cadernos de psicologia e educação**. Vol. 20, n. 45, (jan./abr. 2010), p. 123-131., 2010.

FAVERO, M. H.; MELLO, R. M. Adolescência, maternidade e vida escolar: a difícil conciliação de papéis. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v.13, n. 1, p. 131-137. jan./abr. 1997.

FEIXA, C. P. **De Jóvenes, Bandas y Tribus**. Barcelona: Editorial Ariel, 2006.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Difel, 2000.

HEILBORN, M. L. *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Brasília: 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206> Acesso em: 07 mai. 2018.

LEON, F. L. L.; MENEZES-FILHO, N. A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.417-451, 2002.

MELO, L. C. M.; SOUZA, G. S.; DAYRELL, J. T. Escola e juventude: uma relação possível?. **Revista Paidéia**, v. 1, n. 12, p. 162-186, 2012.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise social**, p. 139-165, 1990.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. In: Reunião Anual da ANPEd, XXV, Out./2002, Caxambu (MG). Anais da XXV Reunião Anual da ANPEd. Caxambu (MG): 2002, 16p. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>> Acesso em: 07 mai. 2018

ROSSI, M. **Ocupação de 182 escolas em SP vira teste de resistência de Alckmin.** 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448630_770_932542.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia-Comemorativa.** Autores associados, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Divisão por Ciclos: Reorganização Escolar é adiada para garantir o diálogo com comunidade escolar em 2016.** 2015. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUSA, J. T. P. Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas. **Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 451-470, 2004.

SPOSITO, M. P. (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006).** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual_0.pdf> Acesso em: 07 mai. 2018

SPOSITO, M. P.; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação [online]**, n. 24, p. 16-39, 2003.

TOKARNIA, M. Estudo mostra que 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonam a escola. **Agência Brasil.** Brasília: 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonamescoladiz_estudo> Acesso em: 07 mai. 2018.

SOBRE OS AUTORES:

Jéssica Kurak Ponciano: possui graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa) pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Assis – SP. Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP. Atualmente é Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Márcia Regina Canhoto de Lima: atualmente é Professora Livre Docente do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia Unesp, Campus de Presidente Prudente. Coordena o Centro de Estudo e Pesquisa em Educação, Ludicidade, Infância e Juventude (CEPELIJ) e é Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Corporal, Saberes e Fazeres, cadastrado no CNPQ.

José Milton de Lima: atualmente é Professor Livre Docente do Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Campus de Presidente Prudente. Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Corporal: saberes e fazeres e coordena o Centro de Estudo e Pesquisa em educação ludicidade, infância e juventude.

Sérgio Luiz Gibim dos Santos: licenciado em Educação Física da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP- Campus de Presidente Prudente. Atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP- Campus de Presidente Prudente. É membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Ludicidade, Infância e Juventude - CEPELIJ.

Elaine Gomes Ferro: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP. Atualmente é Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.